



1ª quinzena de julho de 1999

Jornal da Adufrgs

nº 49

É possível acabar com a sonegação fiscal e promover distribuição igualitária de renda? O microempresário João Alonso Boaz afirma que sim e propõe uma verdadeira revolução na área fiscal.

Página 12



RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A reunião de cúpula que trouxe 48 países das Américas, Caribe e Europa ao Rio de Janeiro deu a largada para uma disputa de gigantes. De um lado, os Estados Unidos e, de outro, a União Européia. Os imensos blocos de economias trilionárias brigam com voracidade pelo Mercosul. A região do globo que promete muito, mas realizou pouco, só sabe de duas coisas até agora: é dona de um mercado promissor e não pretende ser levada a reboque.

Central

Quem vai ficar com o Mercosul?

Gilmar Fraga



Mercosul x Alca

A reunião de cúpula realizada este mês no Rio de Janeiro, com a presença de 48 chefes de Estados e de Governo, representou um encontro diplomático para a definição de interesses em torno de blocos econômicos que buscam maior participação no comércio internacional.

O incipiente Mercosul, que tropeça nas vaidades de seus integrantes, começa a despertar também o interesse e os apetites dos dois blocos que hoje dominam as relações comerciais no mundo. Tanto a União Européia como a Alca (Área de Livre Comércio das Américas) demonstram o maior apetite pelo Mercado Comum do Sul, com um potencial de 190 milhões de habitantes e um PIB de 1,13 trilhão de dólares em 1998. Pelo planejamento dos Estados Unidos, a Alca deveria começar a funcionar a partir de 2005, com a liberação de tarifas aduaneiras para importações e exportações entre os 34 países americanos, com exceção de Cuba. Agora, na Cimeira do Rio de Janeiro, a União Européia, com suas 15 nações, demonstrou claramente suas intenções de uma aproximação com o Mercosul, evitando a dolarização de várias economias latinas, especialmente do México, Argentina e Canadá. Para não ficar apenas nas firulas diplomáticas, a União Européia propôs concretamente iniciar a construção de uma zona de livre comércio entre os dois blocos.

Até 1º de julho de 2001 o acordo

interregional deverá estar ensaiando os seus primeiros passos, para começar a operar efetivamente a partir de 2005, coincidentemente o prazo em que os Estados Unidos pretendem também implantar a Alca.

Como se vê, nem tudo foi tão inútil na Cimeira, como diplomaticamente deixaram transparecer os representantes dos principais países envolvidos no encontro. A criação de um terceiro polo de decisão contrabalançaria o peso dos Estados Unidos no cenário internacional, liberando-nos da influência quase exclusiva desse país. Uma nova opção estratégica para o próximo século estaria se delineando como alternativa aos eixos de transações existentes, ou seja, Alca e UE-EUA, que estão sendo travadas há décadas.

Foi o resultado mais concreto da Cimeira no Rio de Janeiro, que deixou para o grande público a aparência de mais um encontro para jantares e amenidades diplomáticas, dominado pelos mesmos personagens de sempre e pelas mesmas demonstrações de vaidade. Aliás, o nosso erudito presidente, já nem mais tão chegado aos livros, tropeçou novamente nas citações e interpretações cartesianas na ânsia de mais aparecer do que convencer. Parece que o nosso princípio, pelo menos do que se depreende dos resultados das últimas pesquisas de opinião, volta a se aproximar da condição de bátráquio, que tanto detesta.

OBSERVATÓRIO

Convênio

O Conselho Universitário (Consun) da Ufrgs aprovou no dia 9 de julho um protocolo de intenções firmado entre a Universidade e a RBS. O protocolo prevê a prestação de serviços pela Universidade para a empresa de comunicação a partir de contratos específicos que deverão ser feitos com os setores competentes em cada área. Do ponto de vista administrativo, a decisão do Consun legitima, por exemplo, o serviço de pesquisa de opinião realizado por um departamento da Escola de Administração para a RBS. A pesquisa foi desenvolvida pelo CEPA (Centro de Estudos e Pesquisas em Administração) rendeu muita polêmica na imprensa e no meio acadêmico. O Consun aprovou o protocolo com 36 votos a favor, 16 contra e 4 abstenções.

Exercício

Um breve exercício de distribuição da população mundial revela as desigualdades mundiais. Se o mundo fosse constituído de 100 pessoas, 57 seriam asiáticos, 21 europeus, 14 do hemisfério ocidental (sul e norte) e oito africanos. Setenta pessoas seriam de cor e 30 brancos, enquanto 52 seriam mulheres e 48, homens. Seis pessoas possuiriam 59% de toda a riqueza, e todas seriam norteamericanas. O exercício levou em conta a distribuição demográfica e de renda existente hoje no mundo e foi realizado por Philip M. Harter, da Universidade de Stanford, publicado na coluna *Coisas de Política* do *Jornal do Brasil*. A ponderação mostra ainda que 70 seriam não-cristãos, 89 seriam heterossexuais e 11 homossexuais. Apenas um teria educação superior e também apenas um teria computador.

Autonomia

O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, marcou para o dia 22 de julho uma reunião com representantes da Andes e da Andifes para apresentar o texto do projeto de autonomia universitária, que será remetido ao Congresso Nacional no dia 1º de agosto.

NOTA DE ESCLARECIMENTO

A Diretoria da Adufrgs reitera sua posição em relação aos aposentados e pensionistas de que eles devem permanecer vinculados à nossa Universidade e que a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas, garantida pela Constituição (artigo 40, parágrafo 4), permaneça.

Diretoria da Adufrgs

Intelectual

Sob o título "A vontade de abrangência", artigo do geógrafo Milton Santos publicado pela *Folha de São Paulo* coloca em debate o papel social do intelectual no mundo globalizado. "Diante do papel político das empresas e do mercado global, freqüentemente mais ativos que os Estados e os partidos na formação de opinião, as massas atônicas reclamam explicações mais consistentes", observa o articulista, que é professor emérito da Universidade Estadual de São Paulo (USP). Na opinião do professor, o intelectual público deve exercitar sua "vontade de abrangência", ancorando-a nos fatos e na reflexão, oferecendo ao público "palavras simples, precisas e inteligíveis".

Pronex

Com atraso de quase oito meses, o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) liberou R\$ 3,8 milhões para o Programa de Apoio aos Núcleos de Excelência (Pronex), que financia projetos de 162 grupos de pesquisa de elite no país. O anúncio foi feito no dia 8 de julho por Denis Rosenfield, vice-presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Segundo Rosenfield, o dinheiro faz parte dos R\$ 8,5 milhões que deveriam ter sido repassados pelo MCT no ano passado. Rosenfield garantiu que o MCT vai liberar os R\$ 4,7 milhões restantes até o final de julho. Até o final de 1999, o vice-presidente do CNPq disse que será repassado mais R\$ 22,5 milhões ao Pronex. Em 1998, o programa liberou R\$ 20,7 milhões. Com reforma ministerial, espera-se que os compromissos sejam honrados pelo novo titular do MCT. Os grupos de pesquisa do Pronex são selecionados por comissões de especialistas, via edital. Os projetos vão desde o desenvolvimento de propulsores de satélites até a perfuração de poços de petróleo.

Um planeta de corsários

A pirataria está disseminada em todo o mundo. E o Brasil não apenas importa como também falsifica produtos

Silvânia Mariani

Em Buenos Aires, Carmelo Rodriguez recebe por correio eletrônico as músicas do último disco do grupo irlandês U2. Num pequeno galpão encravado no subúrbio de Singapura, mãos infantis encaixotam CDs recém-saídos de uma máquina que duplica milhares de cópias por dia. Em Nova York, camelôs na Times Square oferecem aos passantes perfumes das marcas Chanel e Paloma Picasso. Em Barcelona, um estudante universitário faz dezenas de cópias de apostilas preparadas pelos professores. Em Porto Alegre, Jorge Braga Soares ganha a vida vendendo bonequinhos do Teletubbies na Rua da Praia.

A pirataria, termo que já abrange os crimes contra a propriedade intelectual e a falsificação de produtos e marcas, é uma indústria disseminada no mundo inteiro. Falsifica-se quase tudo: CD, fita cassete, programas de computador, remédio, papel-moeda, uísque, tênis, cigarros, confecções, fitas de vídeo e uma infinidade de outros produtos. O grosso da pirataria parte de endereços conhecidos. Em qualquer lugar do planeta é possível comprar mercadorias made in Taiwan, Coréia, China, Tailândia. No submundo da economia informal, vale tudo para ganhar algum dinheiro. Em alguns casos, milhões.

É o caso dos CDs piratas, indústria poderosa que no ano passado cresceu 20% em todo o mundo. De acordo com a IFPI, a organização internacional da indústria fonográfica, 2 bilhões de unidades piratas foram vendidas em 1998. Em 20 países, os CDs piratas movimentam mais dinheiro do que os legítimos.

A indústria do software também movimenta cifras espetaculares. Um estudo da Business Software Alliance (BSA) e da Software & Information Industry Association (SIIA), as duas principais associações de fabricantes de software, mostra que dos 615 milhões de novos programas instalados em computadores no mundo em 1998, 231 milhões (38%) foram pirateados. As perdas da indústria mundial de software, em decorrência da pirataria, foram estimadas em US\$ 11 bilhões.

Na América Latina, as empresas de software estimam perdas de US\$ 1 bilhão por ano. De todos os programas utilizados na região, 62% são pirateados. O país mais honesto é o Chile, com 56% dos programas copiados ilegalmente. Tanto o Brasil quanto o México estão no nível médio da pirataria, com 62%. A Argentina alcança os 70%, o Uruguai 74%, o Paraguai 87% e a Bolívia 88%.

Brasil falsário

Maior e mais importante mercado da América do Sul, o Brasil é bastante democrático no quesito pirataria. Importamos ou falsificamos aqui de tudo um pouco. De produtos de alto valor unitário a miudezas como as canetas e relógios, por exemplo. Só em 1998, mais de três milhões de falsas Bic foram apreendidas no Brasil. A brasileira Technos recentemente apreendeu um carregamento de 1,26 tonelada de relógios falsos. Em Porto Alegre, a primeira operação de apreensão de produtos falsificados foi realizada no dia 7 de junho, quando foram apreendidos cerca de 50 mil produtos pirateados da Disney, Warner, DC Comics e Hanna Barbera, em 32 lojas do centro da capital gaúcha. Esses fatos preocupam as empresas por dois motivos: é difícil ter idéia de quanta falsificação escapou da fiscalização e a baixa qualidade dos produtos falsos pode prejudicar a imagem de uma marca.

Mas os corsários não habitam apenas as ruas, o comércio ou as indústrias. A pirataria no Brasil há muito tempo freqüenta instituições públicas. O Detran do Rio de Janeiro, por exemplo, foi autuado em junho por uso de software ilegal. A Associação Brasileira das Empresas de Software (Abes) está processando o Detran por pirataria de software e pedindo indenização que pode chegar a R\$ 595 milhões. Em muitas universidades brasileiras, a pirataria campeia. Em maio, a Abes realizou uma ação de busca e apreensão de supostos softwares piratas em duas universidades privadas de Santa Catarina: a Furb, de Blumenau e a Univali, de Itajaí.

Na operação, coordenada pela Justiça, foram encontradas 4.151 cópias de programas na

Furb e 2.654 na Univali. A Abes calcula que se 10% dos softwares encontrados forem considerados piratas, as duas universidades deverão pagar indenizações de R\$ 88 milhões.

Piratas de sinais

O mercado de TV por assinatura também se transformou numa opção para os "fora-da-lei". Atualmente, pelo menos 150 mil brasileiros preferem piratear os sinais de TV por assinatura a pagar as mensalidades. A indústria da TV paga brasileira (basicamente Net e TVA) estima que deixa de faturar, anualmente, cerca de R\$ 90 milhões, mais do que os R\$ 70 milhões que ganha com publicidade.

O valor é tão escandaloso que as duas operadoras, que dividem 94% do mercado, uniram forças contra o inimigo comum. Elas trocam informações sobre casos de pirataria e montaram uma lista secreta de pessoas que se envolveram em casos do tipo. As empresas do setor estão preparando um dossiê sobre casos de pirataria em todo o país e devem lançar em breve uma campanha de combate à prática. O principal inimigo das operadoras de TV paga vem de dentro das próprias empresas. São alguns de seus técnicos que fazem as instalações piratas. O "assinante" paga uma vez e não gasta com mensalidades, mas muitas vezes acaba sendo enganado também. As operadoras afirmam que fazem mudanças periódicas nas freqüências que não são percebidas pelos decodificadores adulterados, inutilizando-os.

A pirataria no país se dá ainda de outra

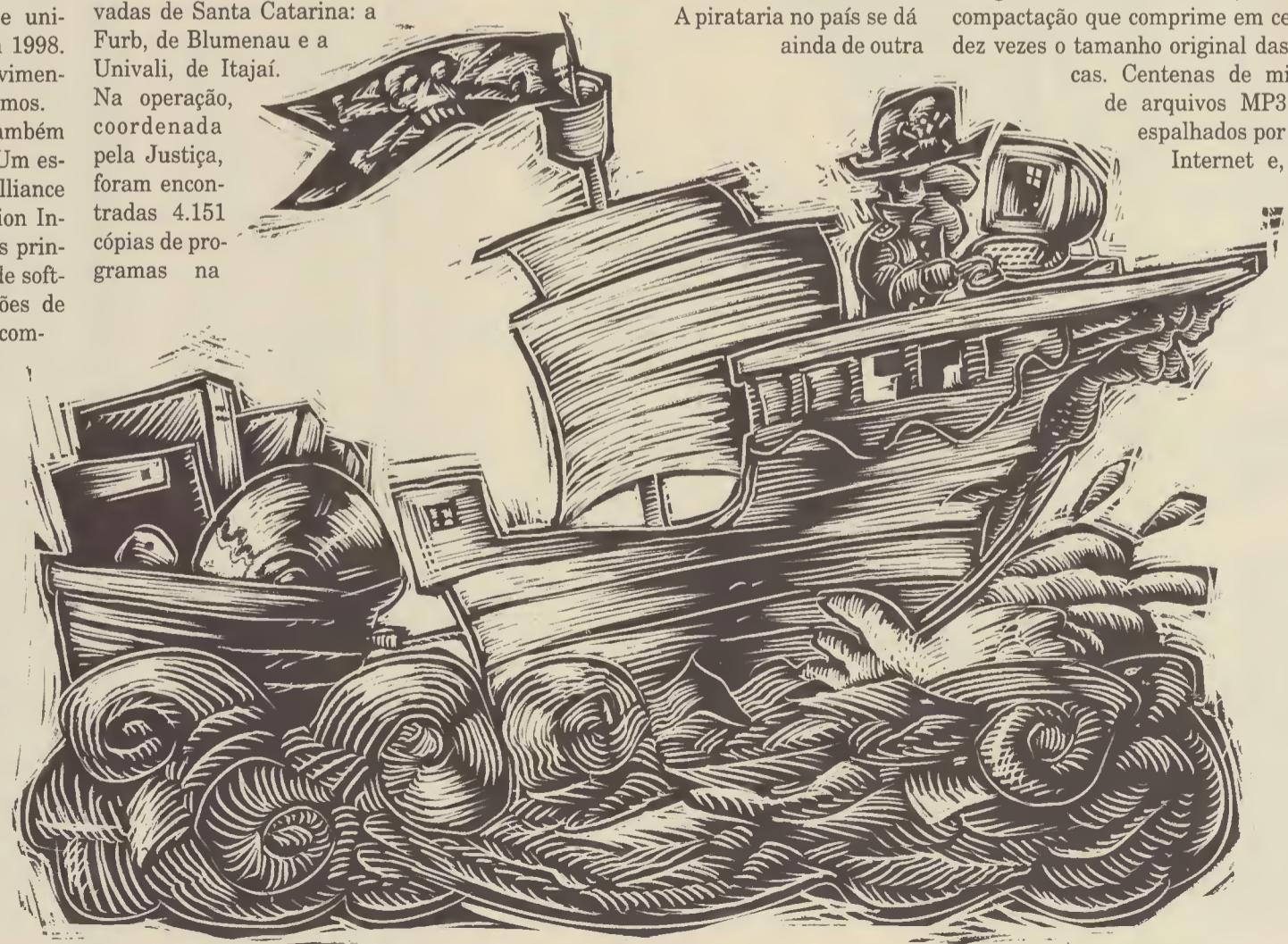
forma: a ação de hackers. Eles invadiram, no dia 18 de junho, as páginas na Internet do Supremo Tribunal Federal, da Câmara dos Deputados e até da Presidência da República, deixando um rastro de mensagens de protesto contra o presidente Fernando Henrique Cardoso e outras autoridades federais, o Plano Real e o Fundo Monetário Internacional. Quem acessou as páginas, se deparou com textos introduzidos pelos piratas da rede mundial de computadores. Na página do STF lia-se que o governo "não tem vergonha na cara", e que o real é uma "mentira" que, aos poucos, "desmorona". No texto deixado pelos invasores era pedida a renúncia de FHC.

Outro exemplo da ação de piratas virtuais aconteceu em março com o ensaio fotográfico da modelo Suzana Alves, a Tiazinha. Antes que a edição da Playboy chegasse às bancas, as fotos podiam ser vistas diretamente pela Internet. Suzana apareceria sem a máscara que a tornou famosa no programa H, da Rede Bandeirantes de Televisão. A pirataria ocorrida na edição da Playboy forçou a antecipação do lançamento da publicação, previsto para uma terça-feira, mas que chegou às bancas de São Paulo na madrugada do sábado anterior.

A febre do MP3

Na era da Internet, o negócio "da hora" é fuçar a Web atrás dos últimos sucessos. A garotada já entrou na onda da música virtual e está expandindo sua coleção de música com a cortesia da tecnologia conhecida como MP3, formato de compactação que comprime em cerca de dez vezes o tamanho original das músicas. Centenas de milhares de arquivos MP3 estão espalhados por toda a

Internet e, claro,



Continua na próxima página...

Continuação da próxima anterior...

também há música brasileira disponível à pirataria. Experimente teclar Araketu no scour.net, por exemplo. O resultado é um link (mp3brasil.org), onde se acha uma lista que vai do Araketu a Zizi Possi.

A explosão do MP3 está deixando a indústria fonográfica maluca, já que muitos das músicas disponíveis na Web são pirateadas, numa violação às leis de direito autoral. Um morador de Rio Branco, Acre, montou uma página na Internet em janeiro deste ano que vende megacoleções musicais a R\$ 25 o CD com 195 músicas no formato MP3. O CD inclui de Cássia Eller e Beethoven a Angra e Katinguelê. Há volumes dedicados ao rock nacional, ao pagode, ao grupo Legião Urbana e "diversos" com Celine Dion, Aerosmith, Caetano Veloso, Chicago, Dire Straits, Elton John, U2, Police, Cure, Spice Girls, Scorpions, REM e vários outros.

Brasil na mira dos EUA

Para as gravadoras, a pirataria na área fonográfica é um problema grave no Brasil, país que ocupa o 6º mercado mundial em vendas de CDs (cem milhões de cópias em 1998). Segundo a Associação dos Protetores dos Direitos Autorais Fonográficos (Apdif), as vendas de CDs e fitas cassete piratas movimentam pelo menos US\$ 20 milhões, ou 20% do

faturamento da indústria do setor no Brasil. No ano passado, calcula-se que o número de CDs falsos chegou a 30 milhões. A indústria fonográfica estima que os prejuízos alcancem US\$ 500 milhões.

Em maio, o Brasil foi colocado na "lista negra" dos Estados Unidos como um dos 57 países que causaram prejuízos à economia americana em 1998 por falta de proteção à propriedade intelectual. A perda total dos EUA pela pirataria de programas, filmes e discos no mercado brasileiro chegou a cerca de US\$ 700 milhões, segundo cálculos das indústrias do setor, endossados pelo Escritório de Comércio da Casa Branca (USTR). Ao divulgar o documento, a representante de Comércio, Charlene Barshefsky, enfatizou que, para sair da "lista de observação", o Governo brasileiro deverá implementar, o mais tardar até 1º de janeiro de 2000, todas as obrigações (inclusive a de impor o cumprimento das leis) que assumiu no Acordo sobre Aspectos de Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio, sob a jurisdição da Organização Mundial do Comércio (OMC). Do contrário, os EUA abrirão um processo contra o país na OMC e adotarão, paralelamente, sanções comerciais unilaterais.

Biopirataria

Para sobreviver na Amazônia, alguns trabalhadores não precisam cortar madeira nem queimar a mata, como a maioria dos caboclos. Passam o dia colhendo plantas e sementes e capturando insetos, sapos e cobras. Aparentemente inofensivo, esse trabalho alimenta uma rede de fuga de material genético para o exterior, praticamente livre da fiscalização das autoridades.

O problema agora não é só a ação de aventureiros que se infiltram em tribos indígenas para aprender os segredos do pajé. Os laboratórios do Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas (Inpa) são palco de acalorado debate sobre a saída descontrolada de amostras com o aval de convênios internacionais de cooperação científica. A denúncia é que plantas e animais podem estar sendo desviados para o desenvolvimento de produtos, com vistas às indústrias farmacêutica, têxtil, cosmética e alimentícia. E, assim, não se revertem em divisas ou benefícios para o Brasil.

Apontados pela comissão externa da Câmara que investigou a biopirataria

como uma das vias de saída indiscriminada de amostras e dados científicos, convênios com instituições internacionais são considerados uma caixa preta por cientistas e autoridades envolvidas no debate. O Ministério Pùblico Federal decepcionou-se, em 98, ao tentar entender o esquema de remessa de material: "Concluímos que a remessa para o exterior não é fiscalizada", disse à imprensa a procuradora da República, Raquel Dodge, da câmara criada para defender os direitos dos índios e minorias.

Dono da maior diversidade biológica do planeta, com 22% de todas as espécies descritas de plantas superiores (as que têm raiz, caule, flor e fruto), o Brasil até hoje não tem uma lei para controlar o acesso a tamanho patrimônio genético. Embora tenha sido o primeiro signatário da Convenção da Diversidade Biológica, aprovada durante a Rio-92, o Governo brasileiro só no final do ano passado tomou a iniciativa de propor a regulamentação da matéria. Mas o debate sobre a melhor regra de acesso ainda está longe de chegar ao consenso.

Pirataria universitária

Uma outra forma de pirataria, que já se tornou habitual no Brasil, é a reprodução não autorizada de livros. Faz parte da cultura acadêmica os professores prepararem apostilas para alunos nas universidades. A "cultura do xerox" é apontada por editores e donos de livrarias como um dos graves problemas a serem enfrentados pelo Brasil sob o argumento de que o uso indiscriminado da fotocópia nas nossas universidades prejudica alunos, autores, livreiros e editores. O problema começa nos cursinhos de pré-vestibular, oásis das apostilas, e desaba nas faculdades.

As editoras procuram reagir. Com perdas estimadas em R\$ 300 milhões por ano, em razão de cópias ilegais dos livros que editam, as empresas procuram a Justiça para impedir essa prática. No começo do ano, a editora Atlas, que publica livros técnicos, obteve liminares contra duas pequenas empresas de xerox vizinhas à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. A Associação Brasileira de Direitos Reprográficos (ABDR) fez um convênio com 150 universidades brasileiras para controlar as cópias feitas pelos alunos, com arrecadação de R\$ 10 de direitos autorais a cada mil reproduções. No entanto, não há dados sobre o total arrecadado porque, segundo a ABDR, existe um "prazo de carência" para que as instituições se adaptem às regras do convênio.

Em artigo publicado pelo *Jornal do Brasil*, em abril deste ano, a diretora da Jorge Zahar Editora, Cristina Zahar, fez um apanhado dos malefícios trazidos pela fotocópia nos campus das universidades:

- 1) o estudante não desenvolve o hábito da leitura, não amplia seu leque de informação e não forma uma biblioteca básica de consulta;
- 2) o autor não vê remunerado o seu trabalho, porque fotocópia não paga direitos autorais, e vê truncada suas idéias;
- 3) os livreiros e

editores perdem vendas, com o agravante de que estes últimos passam a evitar a publicação de títulos exclusivamente acadêmicos ou as coletâneas de textos;

- 4) o professor passa a dispor de bibliografia especializada cada vez mais reduzida e na sala de aula seus alunos ficam cada vez menos informados;
- 5) O acervo das bibliotecas universitárias não é incrementado e a freqüência das consultas deixa de ser incentivada, perdendo-se assim mais uma ocasião para educar.

Agência antipirataria

O Brasil é a única grande nação da América latina que não possui uma entidade governamental dedicada ao combate à pirataria. Com o ultimado dado pelos EUA, colocando o Brasil na "lista de observação", o governo federal passou a estudar a criação de uma agência exclusiva para o assunto. O objetivo seria criar um órgão para combater os crimes contra a propriedade intelectual.

A idéia foi debatida em abril entre os ministros Francisco Weffort (Cultura), Renan Calheiros (Justiça) e Luiz Felipe Lampreia (Relações Exteriores) e representantes de entidades de artistas e da iniciativa privada. O setor privado argumenta que a ação dos piratas, ao provocar prejuízos milionários à indústria brasileira, representa, em última instância, a eliminação de empregos. Sendo assim, asseguram os empresários, é um caso que merece a devida atenção - e investimentos - do poder público. Em junho, foi criada a Aliança Brasileira de Combate à Pirataria (Abracop).

O combate à propriedade intelectual, entretanto, esbarra em enormes dificuldades. Apreensões eventuais em pontos de camelôs e repressão à ação dos bootleggers, os piratas que entram numa sala de cinema com uma câmera escondida para gravar o filme e depois vendê-lo em fitas VHS, são gotas num oceano. A própria Polícia Federal alega que, por se enquadrar na classificação de crime de ação privada, só pode agir contra a pirataria quando os prejudicados dão queixa.

Na Web, a pirataria toma dimensões planetárias. Na Internet não há limites territoriais, tributários, alfandegários ou de marca. Pode-se comprar um produto em qualquer parte do mundo sem que ele esteja registrado em qualquer país. Além disso, na pirataria digital não há indícios visíveis dos supostos crimes contra a propriedade intelectual. Não há cabelos, mordomos confessos, provas no sentido sherloquiano do termo. Não há, como nos romances de Agatha Cristie, um Hercule Poirot que possa desmascarar o culpado após brilhante raciocínio. Sherlock e Poirot teriam que utilizar outros métodos. Quem sabe o rastreamento na rede usando potentes computadores de última geração. Muitos crimes do próximo século, com certeza, serão virtuais, sem fronteiras. Tráfico de drogas, armas e outros crimes estarão nos tribunais, juntamente com matérias tão complexas como registros de patentes, pirataria genética e manipulação da vida. Nesse cenário, a ação dos corsários...



CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Andes inicia o debate sobre "ciência boa"

Reunião do GT, em Porto Alegre, definiu a redação de um documento oficial com diretrizes para a política do setor

Os militares se foram há uma década e meia, mas deixaram na cabeça da comunidade científica brasileira alguns conceitos cristalizados sobre o que é fazer ciência e desenvolver tecnologia nacional. Naufragado o milagre brasileiro, ficou a pergunta: qual é a "ciência boa" e quais são os critérios para realizá-la? Tentando responder questões como estas, o Grupo de Trabalho de Ciência e Tecnologia (GT-C&T) do Sindicato Nacional de Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) reuniu-se em Porto Alegre. O encontro ocorreu na sede da Adufgrs durante todo o dia 14 de julho.

Representante da diretoria da Andes no GT, o professor do Departamento de Ciência e Tecnologia do Instituto de Geociências da Unicamp, Renato Dagnino, apresentou sua visão sobre o tema. Segundo ele, a abertura democrática deverá gerar, a partir de 2008, uma integração econômica de pessoas que até então viviam excluídas do mercado consumidor. Com a distribuição de renda, sustenta Dagnino, o Brasil terá de passar por uma adequação sóciotécnica para abastecer as demandas de grande parte da população. "Nosso desafio é gerar uma dinâmica alternativa de exploração da fronteira do conhecimento", propôs o professor da Unicamp.

De forma genérica, Dagnino acredita que o investimento precisa ser direcionado a um tipo de pesquisa interdisciplinar baseada nas demandas de toda a população e não apenas de uma classe social. Este seria o dilema que hoje se encontra no Primeiro Mundo, onde as empresas investem em pesquisa que gera aplicações apenas a uma parte mais favorecida da população.

Dagnino deixou claro uma coisa: a Andes espera que o próximo século seja aquele em que a sociedade terá acesso ao processo decisório da política de C&T. "Nos países latinos, a comunidade de pesquisa não dialoga com a sociedade", condena o professor, para quem a América Latina não está desafiando as fronteiras do conhecimento, mas apenas incorporando modelos de C&T desenvolvidos no exterior. "As 20 empresas que mais investem em pesquisa no mundo aplicam tantos recursos quanto a Inglaterra e a França juntas", exemplifica. "A pesquisa que se faz aqui emula demandas dos países ocidentais desenvolvidos", concorda o representante da Regional Rio Grande do Sul da Andes, Mário Wrege.

A questão promete gerar bastante polêmica nos próximos anos. Na própria reunião do GT-C&T, alguns professores fizeram questão de frisar que ciência aplicada de acordo com as demandas da sociedade não existe sem a exploração da ciência pura. "O sistema de C&T deve

funcionar como uma árvore e a ciência básica é a raiz", defende o membro do Fórum Estadual de Ciência e Tecnologia, o físico Cláudio Scherer. O professor gaúcho não concorda com a visão de Dagnino e afirma ter sido um consenso da reunião a tese de que o país possui uma base muito sólida para o desenvolvimento da ciência básica, formada com a criação dos primeiros cursos de pós-graduação, na década de 60. Para Scherer, o modelo norte-americano de C&T, onde as empresas aplicam recursos vultosos buscando aplicações específicas, não vale para o Brasil.

Outras opiniões também contribuíram para o processo de relativização da posição final do GT. "A definição de uma política de C&T não pode perder de vista as outras áreas", observou o professor José Domingues Godói Filho, da Associação de Docentes da Universidade Federal do Mato Grosso (Adufmat). Além de discutir a produção atual das universidades brasileiras, Godói Filho entende que a participação de fundações



Polêmica: opiniões divergem sobre qual o melhor modelo de desenvolvimento para a pesquisa brasileira

estrangeiras no financiamento da pesquisa nacional precisa ser revista. Segundo o professor da Adufmat, estas instituições não estariam interessadas no desenvolvimento autóctone do Brasil e acabam investindo em projetos individuais de cientistas que também não estão muito preocupados com a performance do restante do sistema público de C&T, responsável por quase a totalidade da pesquisa realizada no país.

Polêmicas à parte, os professores consideraram o encontro positivo e provi-

dencial. "Parece que finalmente vamos definir pela Andes um documento oficial com uma posição majoritária a respeito da política nacional de C&T", avaliou Scherer. Até o final do mês, o GT elaborará um texto para iniciar a discussão pública sobre o assunto. A relatoria ficou a cargo do professor Marco Antônio Sperb Leite, da Associação de Docentes da Universidade Federal de Goiás (Adufg). Depois de concluído, o texto deverá ser distribuído para as ADs de todo o país e para as instituições interessadas.

Transgênicos e política pautaram Reunião da SBPC

Críticas, polêmica e expectativa marcaram a realização da 51ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). O encontro se estendeu de 11 a 16 de julho no Centro de Eventos da PUC, em Porto Alegre. Foi aberto no domingo, com o professor homenageado, o geneticista da Ufrgs Francisco Salzano, fazendo um discurso em prol da liberação do plantio de soja transgênica (geneticamente modificada) no Rio Grande do Sul. O comentário poderia passar em branco não fosse o governador Olívio Dutra, que baixou a proibição – considerada "medieval" por Salzano –, estar ao seu lado. A posição do professor causou um certo desconforto na platéia já que a própria SBPC decidiu adiar a aprovação do uso de transgênicos no Brasil por cinco anos até que a ciência esclareça as vantagens e desvantagens da nova tecnologia a ser usada no campo.

O tom de crítica se estendeu para outras áreas, como a da política de Ciência e Tecnologia do governo FHC e do tema principal da Reunião. Em várias conferências, a implantação do Mercado Comum do Sul (Mercosul) foi discutida de forma secundária. Muitos acadêmicos brasileiros não acreditam que um bloco econômico regional possa trazer algum

benefício para a comunidade científica nacional. A maioria dos grupos de pesquisa dos quatro países já mantém um intercâmbio intenso com seus vizinhos e não acreditam que os governos venham aprimorar esses laços.

Os esforços dos associados da SBPC parecem estar concentrados nas alterações do sistema de ensino superior. No último dia, os corredores dos prédios da PUC foram tomados pela expectativa da indicação de um substituto para o ministro Bresser Pereira, que foi vaiado na abertura, à frente da pasta de Ciência e Tecnologia.

Anunciando as metas de sua gestão, a nova presidente da SBPC, a bioquímica Glaci Zancan (UFPR), que tomou posse durante o encontro, deixou claro que a sociedade vai atuar levando o conhecimento gerado nas universidades até o cidadão. "A universidade que fizer pesquisa e associá-la com o ensino terá futuro", frisou Zancan. O pensamento da presidente começa a surtir efeito. A reunião foi prestigiada por um público de quase 50 mil pessoas que tiveram acesso a 5,3 mil pastas com material informativo sobre a entidade.



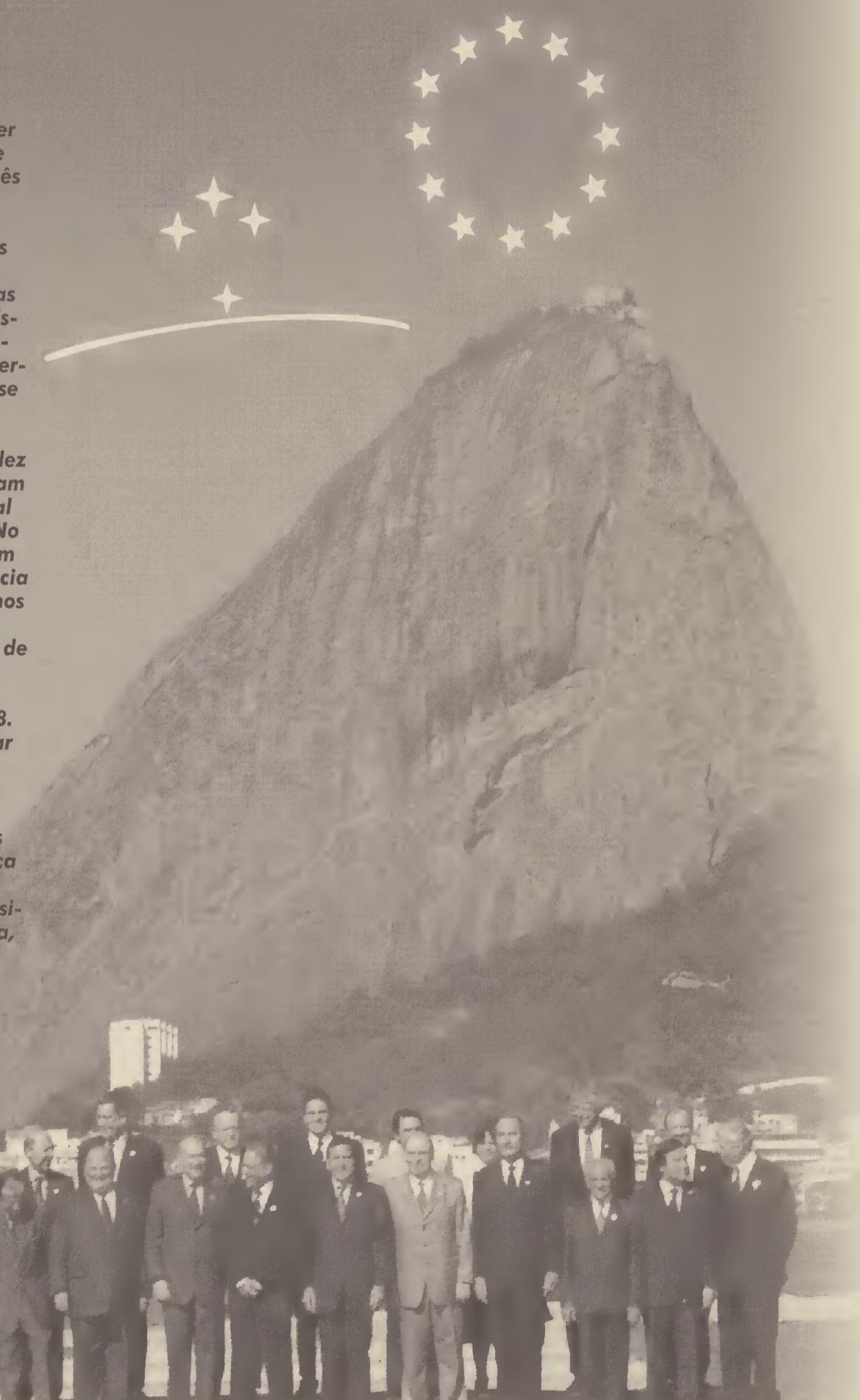
Solenidade: abertura do evento foi marcada por polêmica

RELACIONES INTERNACIONAIS

Muito além da Cimeira

James Görgen

Engana-se quem pensa ter dito em nada a reunião de cúpula (cimeira, no português transatlântico) da União Européia, América Latina e Caribe, que trouxe 48 chefes de Estado e Governo ao Rio de Janeiro. Por trás de trocas de gentilezas, recepções, discursos e documentos de conteúdo hermético existem interesses bem definidos. Como se fossem icebergs, os blocos econômicos começam a se movimentar com mais rapidez rumo a acordos que permitam a livre negociação comercial entre as regiões do globo. No momento, o Mercado Comum do Sul (Mercosul) é a instância mais cobiçada pelos vizinhos do norte. Em jogo está uma população de 190 milhões de habitantes e um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 1,13 trilhão em 1998. Uma região que pode fechar um sim com quem chegar primeiro. É um segredo de polichinelo que, se a União Européia não se voltar mais rapidamente para a América Latina, os Estados Unidos o farão. Palavra do vice-presidente da Comissão Européia, Manuel Marín.



Sejá pela simples continuidade territorial ou pelo interesse de ficar de vez uma bandeira neste imenso mercado potencial, os Estados Unidos se consideravam, até pouco tempo, os primeiros da lista da integração com o Mercosul. Há cinco anos a nação mais rica do planeta vem trabalhando para criar a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) em 2005. Entre outros benefícios, o acordo liberaria de tarifas aduaneiras o comércio realizado entre os 34 países americanos (com exceção de Cuba).

A novidade trazida pela Cimeira é a aproximação acentuada da União Européia aos países do Mercosul. Com suas 15 nações, o bloco econômico dono de uma moeda única, o Euro, resolveu cooptar o bloco regional para evitar a dolarização de várias economias latinas, como desejam México e Argentina e como propôs recentemente o Canadá. "Se as negociações produzirem, de fato, uma intensificação do comércio do Mercosul com a Europa, é natural que as empresas do Sul prefiram utilizar o Euro nas transações, para evitar a custosa triangulação com o dólar", escreveu o jornalista Clóvis Rossi, na *Folha de São Paulo*.

Para concretizar sua intenção, a UE fez uma proposta sedutora: mostrou-se disposta a iniciar lentamente a construção de uma zona de livre comércio entre os dois blocos. A sugestão foi apresentada pelo bloco europeu numa reunião em separado com os chefes de Estado do Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile (membro não-oficial do Mercosul). No documento final, entretanto, a expressão "zona de livre comércio" foi omitida do texto.

Nada a declarar

Nem poderia ser diferente. Várias questões melindrosas impediam que os chefes das nações avançassem muito no assunto da integração entre os dois blocos. Incluir a expressão "zona de livre comércio" no documento final significaria, por exemplo, ir além do acordo-quadro assinado em Madri, no ano de 1995. Este documento prevê que Mercosul e União Européia formarão uma Associação Interregional Política e Econômica.

Graças à habilidade da diplomacia, nada foi declarado. Pouca gente notou que o anúncio oficial da formação de uma zona de livre comércio entre Mercosul e UE poderia causar estragos sobre as rodadas de negociação da Organização Mundial do Comércio (OMC) – instância onde os países estipulam os acordos multilaterais –, alvejando as intenções do governo Bill Clinton (leia matéria na página seguinte).

As duas representações preferiram arcar com as consequências de passar ao grande público a imagem de um encontro que não decidiu nada concreto do que assumir de supetão a nova força nascida do calendário informal da Cimeira. Não por acaso, alguns negociadores, como o chefe do Departamento de Integração do Itamaraty, José Alfredo Graça Lima, batizaram os encontros fortuitos entre sulinos e europeus de "certidão de nascimento" de um futuro tratado. O que ele irá conter ainda é uma incógnita conhecida por poucos.

Grande coincidência

O acordo interregional tem data para começar a sair do papel: 1º de julho de 2001. Até lá, UE e Mercosul precisam aparar arestas aproveitando a próxima etapa das reuniões da OMC, que será chamada de Rodada do Milênio. Em geral, as fases de negociação da organização podem durar anos. O jogo de forças que se dá entre estes encontros é que realmente define o futuro econômico da humanidade. Manifestações dos presentes deram a entender que o acordo UE-Mercosul deverá ser fechado até 2005, ano em que os Estados Unidos prometem implantar a Alca.

Coincidências como essas deixaram claro a disposição de se criar um terceiro polo de decisão para contrabalançar o peso dos EUA no cenário internacional. Em diversas declarações, membros da UE disseram estar fechando com o Mercosul "uma opção estratégica para o próximo século". Fato que alguns representantes, como o coordenador pela Alemanha da Cimeira, Georg Boomgarden, chamaram de nova "geometria estratégica do triângulo transatlântico". Em resumo, nada mais é do que se criar uma alternativa aos eixos de transações existentes (Alca e UE-EUA) que estão sendo travadas há décadas.

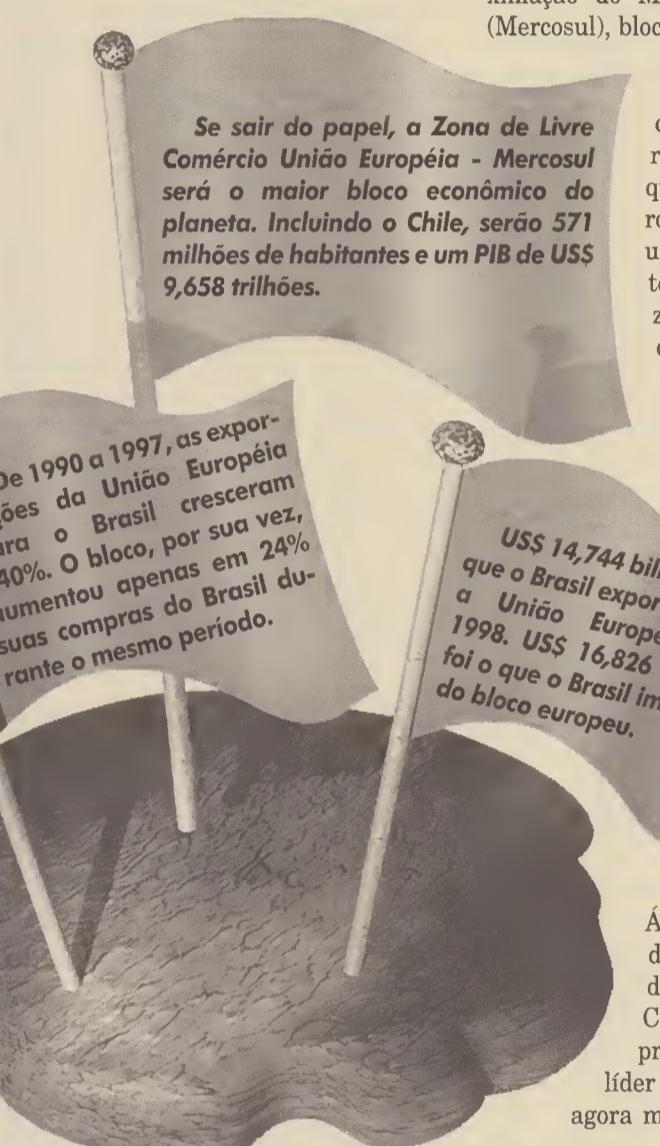
Movendo-se com razoável conforto entre as duas forças hegemônicas, o Brasil parece saber o seu lugar no novo cenário internacional. No encontro do Rio, o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, deixou claro que a intenção do governo é abrir negociações com os dois lados. Tudo para ter opções de parceiros e não ficar dependente do humor comercial de uma região. Hoje, o Brasil detém 45% dos investimentos da União Européia na América Latina e no Caribe.

Amarras afrouxadas

Único entrave a todas estas sinergias bilaterais de boa vontade, o protecionismo de certos mercados domésticos pode colocar tudo a perder. No lado europeu, o obstáculo mais concreto é a falta de interesse de países como a França, que teriam de abrir mão da reserva de mercado baixada em favor de seus produtores agrícolas. Presente na Cimeira, o presidente francês, Jacques Chirac, foi visto mais em churrascaria carioca tomando caipirinha e conversando particularmente com chefes como Eduardo Frei, do Chile, do que nas cerimônias oficiais da reunião de cúpula.

A cautela dos franceses se explica. Do total do comércio mundial (US\$ 6 trilhões), 61% é comercializado nos mercados domésticos. Para aumentar o receio, nos corredores da Cimeira ainda corria a informação de que as negociações Mercosul-UE estariam sendo incentivadas por Clinton. Por esta visão, a zona de livre comércio entre os dois blocos que foram à Cimeira, mesmo que não saísse do papel, ajudaria a afrouxar as temíveis amarras regulatórias de algumas economias europeias, como a França. Nesta brecha, passariam os produtos "made in USA". Nada mais oportuno.

Na entrevista que concedeu de Washington ao jornal *Folha de São Paulo*, o assessor oficial de Clinton para a América Latina, Arturo Valenzuela, deixou claro que um dos efeitos positivos da Cimeira poderia ser a de "servir como instrumento para que as Américas forcem a abertura do 'restrictivo' mercado europeu" ao comércio mundial. Não deu outra. Uma semana depois do final do encontro, os Estados Unidos manifestaram preocupação quanto a não inclusão do termo "zona de livre comércio" no documento firmado entre os dois blocos. A declaração foi dada pelo responsável do governo americano nas negociações da Alca, Peter Allgeier. Seria uma prova de que talvez a França tivesse razão?

**O que está em jogo**

	Mercosul	União Européia	Alca
Número de membros	4	15	34
População (milhões de habitantes)	191,46	374,56	754,0
PIB 1998 (em trilhões US\$)	1,13	8,53	10,64*
Exportações 1998 (em bilhões US\$)	80,09	2.171,00	1.172,00
Importações 1998 (em bilhões US\$)	99,27	2.162,81	1.490,21
Ano de fundação	1994	1957	2005

Fontes: Organização Mundial do Comércio, Secretaria do Mercosul e Folha de São Paulo

* PIB da Alca em 1997

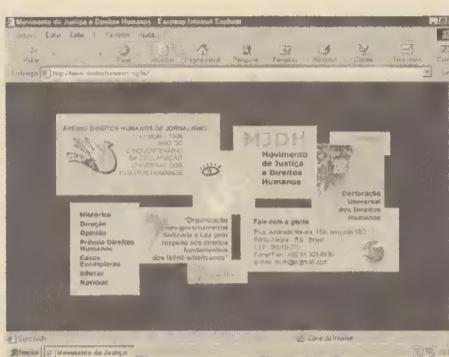
EUA finge que não vê aproximação entre o Mercosul e a União Européia

Os Estados Unidos passaram o final de junho se fingindo de mortos. Todas as declarações oficiais do governo Bill Clinton divulgadas antes e depois da Cimeira foram de total descaso ou de saudável acompanhamento da reunião de cúpula entre América Latina e União Européia (UE) ocorrida no Rio de Janeiro. Diplomaticamente, os representantes do país mais poderoso do planeta trataram de colocar panos quentes quando eram obrigados a falar sobre a aproximação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), bloco econômico mais adiantado do continente latino, com os 15 países que compõem a UE. Os americanos fingiam não ver que o Velho Mundo acirrou a corrida em direção a um acordo comercial interregional com seus vizinhos da outra margem do Oceano Atlântico. A preocupação dos burocratas não foi em vão.

Extraoficialmente, o trabalho do governo dos Estados Unidos é correr contra o relógio. Enfrentando problemas políticos internos, Clinton tenta fechar os principais acordos que irão reger a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) antes do final de seu mandato. Como se já não tivesse preocupações suficientes, o líder norte-americano tem agora mais uma queda-de-braço

Em situação cômoda, o Brasil resolveu deixar os negócios com os americanos em banho-maria e acender uma vela para os europeus. Tudo sob a camuflagem de acordos bilaterais entre os blocos. "Não fazemos nenhum segredo de que o nosso objetivo é ter exercícios paralelos", revelou o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia.

WEB

Movimento de Direitos Humanos inaugura página na Internet

Fundado no Rio Grande do Sul em 25 de março de 1979, o Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH) estreia agora na rede mundial de computadores. O site da organização não-governamental com sede em Porto Alegre promete ser um veículo acessível a qualquer brasileiro que deseje registrar denúncias de agressão, maus tratos e desrespeito aos direitos fundamentais do cidadão. Em 1998, o MJDH tornou públicas seis denúncias de afronta aos direitos humanos. Entre elas, destaca-se a revelação de que agricultores gaúchos estariam sendo coagidos a plantar o fumo Y1, mais conhecido como "fumo louco", que contém o dobro da nicotina existente no fumo comum.

Ao longo de duas décadas, a indignação com a falta de justiça social que impera no país marcou a trajetória da entidade. Em algumas vezes, a atuação do MJDH testemunhou na transformação do rumo da história. Mesmo antes de sua fundação oficial, o movimento acompanhou, em 1978, o seqüestro dos uruguaios Lilian Celiberti e Universindo Diaz por forças da repressão do Brasil e do Uruguai dentro da conhecida "Operação Condor", que reuniu os aparatos das ditaduras dos quatro países do Cone Sul. Até a abertura democrática na região, o MJDH continuou atuando clandestinamente no abrigo de dirigentes políticos dos países da América Latina. A partir de 79, a ONG se incorporou à luta das campanhas pela anistia brasileira, libertação dos últimos presos políticos e Diretas-Já.

A história que se estendeu de lá para cá registra avanços e conquistas. As mais relevantes podem ser encontradas no endereço <http://www.direitoshumanos.org.br>. Na página também é possível ter acesso à íntegra do Relatório do MJDH de 1998 e à Declaração Universal dos Direitos Humanos, além de espaço para opinião, notícias sobre a área de direitos humanos e links para outras instituições e ONGs. Contatos por e-mail para o recebimento de denúncias e sugestões também podem ser feitos pelo endereço eletrônico mjdh@hotmail.com.

INDICADORES

Brasil é líder mundial em pior distribuição de renda

O Brasil deixou de fazer parte do grupo de países com alto índice de desenvolvimento humano e voltou a figurar entre as nações de desenvolvimento médio. E o país mantém a liderança em pior distribuição de renda no mundo.

Essas são algumas conclusões do relatório que a Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou no último dia 12. A reclassificação do Brasil com relação a desenvolvimento humano se deve a uma alteração na forma de cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que procura mensurar melhor a contribuição do aumento da renda na melhoria da qualidade de vida. Pelos novos critérios, relativiza-se o peso da renda na formação do índice, definido pela ponderação de indicadores de riqueza, saúde e educação. Em 1998, ainda com a metodologia anterior, o Brasil ocupava a 62ª posição no ranking. Com o novo cálculo, a lista de 174 países sofreu uma reorganização e o Brasil passou a figurar em 79º lugar. O país havia sido incluído pela primeira vez no grupo de países com alto índice de desenvolvimento em 1998.

O número de países que faziam parte desse grupo caiu de 64 para 45. Nos de médio desenvolvimento, há agora 94 países, contra 66 em 98. Nos de baixo desenvolvimento, o número caiu de 44 para 35.

Situação grotesca

O planeta chega às vésperas de um novo século com "desigualdades mundiais na renda e níveis de vida de proporções grotescas", informa o relatório da ONU. A qualificação de "grotesca" para as desigualdades ampara-se em fatos: "A diferença de renda entre os 20% mais ricos da população mundial e os 20% mais pobres, medida pela renda nacional média, aumentou de 30 para 1 em 1960 para 74 para 1 em 1997", diz o relatório. E não é só. Essa mesma quinta parte mais rica da população é dona de 86% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, de 82% das exportações, de 68% do investimento direto estrangeiro e de 74% das linhas telefônicas. Os ativos dos três maiores multimilionários do mundo são superiores ao PIB conjunto de 64 países. Apenas essas três pessoas

têm mais dinheiro que um total de 600 milhões de indivíduos, a população de todos esses países.

Concentração tecnológica

De acordo com relatório da ONU, a globalização, que legou ao mundo o livre fluxo de idéias e conhecimentos, também trouxe concentração nos setores tecnológico e cultural, cujo curso segue o caminho dos países ricos para os pobres. As 10 maiores empresas do setor de comunicações do mundo, por exemplo, controlam 86% de um mercado de US\$ 262 bilhões. Não por acaso, a maior indústria de exportação dos EUA é a do entretenimento, representada basicamente pelos filmes e seriados de TV.

A Internet tem contribuído para aumentar essa concentração cultural. A língua inglesa é predominante em aproximadamente 80% dos endereços da Internet mas é falada por somente 10% das pessoas no mundo. A compra de um computador, que custa a um cidadão médio norte-americano o salário de apenas um mês, exige de um cidadão de Bangladesh o salário de oito anos.

MERCADO EDITORIAL

Crise econômica estimula a venda de livros de auto-ajuda

O mercado editorial brasileiro fatura alto com produtos de auto-ajuda. Nos últimos 18 meses, mais de 1 milhão de exemplares entre livros, revistas, fitas e CDs foram comercializados por sete grandes editoras. Em apenas um ano, as vendas dos livros de auto-ajuda praticamente dobraram: passaram de 1,1 milhão para 2,1 milhões de exemplares vendidos de 1997 para 1998, apesar de o número de títulos lançados no período ter diminuído de 551 para 527. As editoras informam que a procura por esses produtos, que incluem desde obras que auxiliam a investir melhor o seu dinheiro a títulos que indicam os caminhos da felicidade, cresce com as crises econômicas.

A explicação para o "boom" nas vendas dos produtos de auto-ajuda resume-se a uma única palavra, bem conhecida do brasileiro: crise. "Desemprego, recessão e boatos fazem crescer as vendas de livros de auto-ajuda", afirma ao jornal *O Estado de São Paulo* o vice-presidente da Câmara Brasileira do Livro (CBL), José Henrique Grossi, que é também diretor de marketing da Editora Best Seller. Outra constatação das editoras: quanto mais crescem as vendas dos livros de auto-ajuda, menor é a procura

pela literatura tradicional. "Com a situação econômica estável, as vendas de romances tendem a subir", assegura o executivo da Best Seller.

O jornal *Gazeta Mercantil* publicou uma tabela com as sete editoras que mais lucraram com a explosão das vendas de livros, CDs, revistas e fitas de auto-ajuda. Em ordem de importância, as editoras que mais faturaram com a tendência foram: Três, Sextante, Best Seller, Rocco, Pensamento/Cultrix, Record/Nova Era, Gente.

A auto-ajuda das editoras

Os livros de auto-ajuda começaram a ser publicados no Brasil entre 1987 e 1988. As vendas deram um salto no início dos anos 90, estabilizaram-se em 1994 com a implantação do Plano Real, e voltaram a crescer a partir das sucessivas crises na economia internacional, em 1997. Exemplo das boas vendas das obras de auto-ajuda é o livro *"Investindo sem Susto - Como Lucrar na Crise"*, do jornalista Claudio Gradilone, lançado na Bienal do Rio, há dois meses. O guia econômico já está com a primeira edição de 4 mil exemplares esgotada.

A Editora Gente, de São Paulo, lançou 48 livros no ano passado e espera editar 72 obras este ano. De seus títulos, 56%

encaixam-se no segmento de auto-ajuda. Entre os títulos de maior saída lançados pela Gente estão *"Guerras Eróticas"*, de Maria Helena Matarazzo, *"Inteligência Sexual"*, de Martin R. Pörtner, e *"O Sucesso É Ser Feliz"* - que está na 42ª edição -, de Roberto Shinyashiki, autor também de *"A Carícia Essencial"* e *"A Revolução dos Campeões"*. A Editora Record não tem direcionado seus investimentos para os livros de auto-ajuda tradicionais, mas mantém com sucesso em seu catálogo a principal obra de um dos maiores sucessos do segmento: *"O Poder do Subconsciente"*, do norte-americano Joseph Murphy. O livro já bateu a casa de 1 milhão de exemplares vendidos, com o detalhe que foi lançado em 1968 e está na 42ª edição. A editora Best Seller lançou *"As sete leis espirituais para o sucesso"*, de Deepak Chopra, que já vendeu 200 mil exemplares. São doze mil exemplares por mês, o equivalente a uma nova edição a cada dez dias. A recém-criada Sextante lançou *"A arte da meditação"*, de Daniel Goleman, autor do sucesso *"A inteligência emocional"*. O livro, lançado pela Sextante em dois meses, já vendeu 30 mil exemplares.

(Fonte: www.acessocom.com)

ASSESSORIA JURÍDICA

A incidência da GED nas FCs incorporadas

As leis anteriores à avalanche que soterrou inúmeros servidores federais, tanto ativos como inativos, garantiam a previsibilidade de rendimentos quando deixassem de ocupar funções gratificadas exercidas por vários anos, evitando brutais reduções no poder aquisitivo. No plano prático, os servidores tinham a garantia que toda vez que a função de direção, chefia, assessoramento ou a comissão exercida, tivesse sua retribuição financeira alterada, a repercussão seria automática nas parcelas incorporadas a seus vencimentos e proventos, pois estes seriam reajustados em idêntica proporção ao aumento concedido à gratificação incorporada.

Entretanto, a Lei 9527, de 10 de dezembro de 1997, em seu art. 15, estabelece que as parcelas incorporadas das gratificações de função passa a constituir vantagem pessoal nominalmente identificada, sujeita exclusivamente à atualização decorrente da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

Assim, de acordo com a nova sistemática, quando a função gratificada sofre aumento diferenciado ou independentemente do restante das parcelas remuneratórias, as parcelas dessas gratificações, já incorporadas, não acompanham esse aumento, como historicamente ocorreria por garantia constitucional.

O terreno estava, então, preparado para o previsível. O Governo aumentou o valor das Gratificações para os atuais ocupantes, deixando aqueles que possuíam estas mesmas gratificações incorporadas "de fora". Ou seja, o valor das gratificações incorporadas aos vencimentos foi reajustado apenas para seus atuais ocupantes, violando frontalmente o direito adquirido dos ex-detentores. Ora, quando se incorpora uma gratificação de função não se está incorporando determinada quantidade de reais; ao contrário, se está incorporando o valor da gratificação e suas alterações futuras.

A ADUFRGS ingressou, em meados de 98, com medida judicial em nome de todos seus associados que possuíam vantagens incorporadas, a qual encontra-se em tramitação. Porém, o sindicato foi além, pleiteando que as FCs incorporadas fossem calculadas com o percentual de 60% da GED.

Cabe aqui, ainda que de forma sintética, resgatar o histórico da incorporação das antigas Funções Comissionadas (FC) e Gratificadas, que foram transformadas em 1991 em CD (Cargos de Direção) e FG (Funções Gratificadas). Nesta ocasião, o novo valor das gratificações para os mesmos postos de confiança era inferior ao anteriormente praticado e incorporado aos vencimentos. Assim, atenta à irredutibilidade salarial, a administração manteve o pagamento das gratificações nos mesmos patamares da antiga regulamentação, ou seja, calculada sobre a remuneração de PROFESSOR TITULAR, com "D.E." e DOUTORADO.

Logo, a base de incidência das antigas FCs é a remuneração do professor titular DE, com doutorado. A estratégia do Governo Federal em transformar as gratificações de função incorporadas em vantagens pessoais e submetê-las unicamente ao reajuste geral impõe aos detentores de FCs incorporadas uma evidente ilegalidade. É cediço que a revisão geral não constitui a única forma de alteração da remuneração do professor universitário, podendo sua tabela ser reestruturada, com concessão de aumentos diferenciados para cada nível.

Recentemente, fruto de justo movimento paredista, os professores de nível superior obtiveram o pagamento da Gratificação de Estímulo à Docência (GED), através da LEI Nº 9.678, DE 3 DE JULHO DE 1998. Em anexo à Lei, foram fixadas tabelas estabelecendo os valores das ditas "gratificações". Embora variável, existe uma parcela da GED que é fixa e igual a todos os professores. Esta parcela é de 60% da pontuação máxima. Ora, sendo certo que TODOS OS PROFESSORES ganham no mínimo 60% da pontuação máxima, este percentual, naturalmente, deixa de ser uma gratificação individual ou especial. Consequentemente, a remuneração dos PROFESSORES TITULARES COM D.E. E TÍTULO DE DOUTOR foi agregada, a partir da Lei 9678, com o percentual mínimo de 60% da GED.

A ação prossegue tramitando em juízo. Neste meio tempo, todavia, o Ministério da Educação reconheceu que a GED deve compor a remuneração das FCs. Esta foi a recente decisão proferida no processo 23048.004867/98-61 pela

COORDENAÇÃO DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL E ORIENTAÇÃO TÉCNICA da Secretaria Executiva do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO sobre o tema, a qual é parcialmente transcrita:

Foram estes autos encaminhados a esta Coordenação Geral de Recursos Humanos para o exame do pleito dos servidores relacionados neste processo, os quais requerem a majoração do valor da Função Comissionada face a inclusão da Gratificação de Estímulo à Docência no Magistério Superior na remuneração do Professor Titular da carreira do magistério superior, que serve de base de cálculo do valor da mencionada Função Comissionada. (...)

... Face a isto, com o escopo de orientar, normativamente, as instituições federais de ensino, busca-se no ensejo esclarecer quais são os destinatários da Gratificação em comento. (...)

Por fim, resta saber se a Gratificação de Estímulo à Docência compõe a base de cálculo das Funções Comissionadas - FC. (...)

Deste modo, sendo a Gratificação de Estímulo à Docência devida aos inativos, mesmo àqueles que inativaram em data anterior à lei que a instituiu, e considerando que são os professores do 3º Grau os beneficiários da gratificação sob análise, há de se concluir que esta gratificação compõe a base de cálculo das Funções Comissionadas de que trata a referida Portaria 474/87, observado o critério de cálculo previsto no art. 5º da Lei 9678/98.

Portanto, o órgão superior à UFRGS comunga do mesmo entendimento do sindicato de que a GED incide sobre o cálculo das FCs, estejam elas incorporadas ou não.

Assim, independentemente da ação existente em juízo, sugerimos que aqueles servidores que possuem FCs incorporadas em seus rendimentos formulem requerimento administrativo junto à UFRGS para que a GED incida neste cálculo. A minuta de requerimento sugerida pela assessoria jurídica encontra-se à disposição dos interessados na sede da Adufrgs e na página da entidade na Internet: www.adufrgs.org.br

Francis Campos Bordas
Assessor Jurídico da Adufrgs

MARCHA DOS SEM

23 de julho

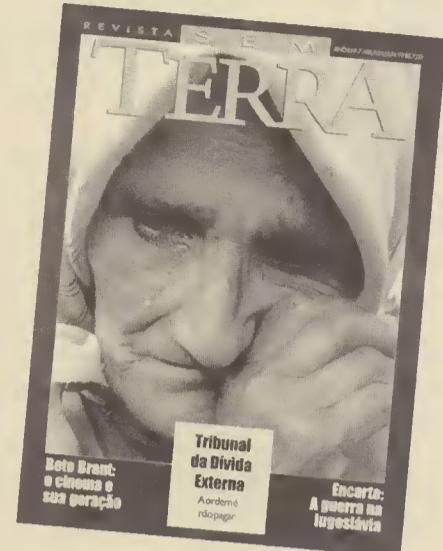
Concentração a partir das 11h no Planetário (Av. Ipiranga esquina com Ramiro Barcelos)

Fora daqui FHC e FMI

Em defesa do orçamento participativo, por emprego, salário, saúde, educação, habitação, terra, política agrícola e justiça social

SOCIEDADE

O MST adere ao marketing



O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) aderiu às estratégias de marketing. Além das ações políticas desenvolvidas pelos militantes, o movimento incorporou formas de divulgar suas teses e intenções através da propaganda veiculada em vários produtos. O movimento dispõe hoje de um aparato de vendas que inclui artigos como camisetas, bonés, CDs, revista, jornal, e marketing condizente com a lógica do capitalismo.

Na área de publicações, o destaque é a trimestral *Revista Sem Terra*, com tiragem de 7.000 exemplares. Em termos numéricos, a maior publicação do MST continua sendo o *Jornal Sem Terra*, tabloide com tiragem de 25 mil exemplares. A revista abriga discussões teóricas da esquerda e o jornal tem uma linguagem direta e mais direcionada aos militantes do MST.

A assessoria de imprensa do MST não informa uma estimativa sobre o faturamento com a venda dos produtos porque as vendas são descentralizadas, ocorrem em todo o país. Segundo a assessoria, o objetivo em vender produtos ligados ao movimento não está relacionado ao lucro. Objetiva apenas que os artigos e as publicações sirvam como instrumento político de formação e informação.

Revista

A *Revista Sem-Terra* consome cerca de R\$ 18 mil para pagamento de papel, impressão e o trabalho de quatro profissionais. "A revista já está quase se pagando", diz o editor, jornalista Alípio Freire. Segundo ele, as quase 2.000 assinaturas estão assegurando a manutenção da publicação, que tem como alvo, fora a militância do MST, simpatizantes e formadores de opinião. Em sua última edição (Abril/Maio/Junho), a *Revista Sem Terra* publica reportagem de 14 páginas sobre o Tribunal da Dívida Externa, que aconteceu no Rio de Janeiro de 26 a 28 de abril deste ano. Traz ainda uma entrevista com o presidente da Associação Juízes para a Democracia, Dyrceu Aguiar Cintra Júnior e traz ainda um encarte especial sobre o conflito na Iugoslávia.

Wladymir Ungaretti / Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação - Ufrgs

O Brasil aprova a pena de morte

Se você tem alguma dúvida sobre a existência da pena de morte em nosso país, leia o livro "Estação Carandiru", escrito pelo médico Drauzio Varella, editado pela Companhia das Letras.

Trata-se de um depoimento dos mais reveladores da política de extermínio e confinamento dos pobres, promovida pelo Estado, em nosso país. Não é um trabalho acadêmico, recheado de estatísticas e norteado por alguma "visão teórica". Não é um levantamento realizado por uma ONG voltada para a defesa dos direitos humanos. Não é uma denúncia de uma grande reportagem jornalística.

Mesmo na condição de médico, Drauzio Varella não teve a intenção de uma denúncia. Por isso mesmo, o livro é uma denúncia. O autor já foi entrevistado pelos principais programas televisivos. Em todos eles destacou, de alguma forma, sua não intenção de denúncia mas de um relato humano. Ao contrário do que se pensa, entre os marginalizados, as regras de conduta são rígidas. A violência maior está nas ruas. Na cadeia existe um rígido código de ética.

"- Cadeia é lugar onde o filho sofre e a mãe não vê."

São histórias. Depoimentos sofridos. São relatos de mortes. Histórias trágicas. Algumas cômicas. Dor, muita dor. Sofrimentos terríveis. Um mundo desconhecido e raramente revelado.

O médico Drauzio Varella ganhou a confiança dos atores da instituição. Trabalhando como médico voluntário, especificamente, voltado para o tratamento dos aidéticos e preocupado em encontrar a linguagem e os caminhos da prevenção, nesse universo, acabou produzindo um texto fundamental para entendermos a lógica do extermínio dos miseráveis. Em países com algum grau de democracia real (será possível?) um livro como "Estação Carandiru", certamente poderia derrubar um governo.

A pena de morte existe. Confira. Os miseráveis que não morrem em confronto com a polícia, nas disputas travadas nas ruas são, literalmente, moídos no pau nas delegacias ou nos corredores e celas dos presídios em disputas internas, muitas até estimuladas pela estrutura carcerária. O fio que separa presos e funcionários (os "funça", denominação da cadeia) é invisível. Muitos desses últimos acabam presos por tráfico e quase sempre morrem.

"A droga corre atrás do viciado, é o que diz a



malandragem."

"- O sentenciado pode sair na rua para buscar cocaína, doutor?"

A partir de 1992 os índices de contaminação do HIV diminuíram com a chegada do craque na Casa de Detenção do Carandiru. As seringas desapareceram. O pessoal da "faxinha" não encontrava mais, pela manhã, uma quantidade imensa de seringas. Diminuiu a contaminação, o número de mortes também, mas agora os miseráveis definharam na ponta do cachimbo, na fumaça do craque. Ou morrem na ponta de uma faca pela dívida com os traficantes. Muitos se tornam traficantes, na cadeia, para sustentar suas famílias. É um mundo sem saída, as possibilidades de sobrevivência são mínimas. A pena de morte já foi instituída e todos nós fazemos de conta que não sabemos. A descrição de uma sessão de "baque" (injeção de cocaína nas veias) é algo aterrador. É a descrição da propagação da AIDS.

" - Tu bateu no meu reconhecimento, maluco. Descolei que você é o Ricardão da minha mulher. Agora, vai morrer!"

É comovente a história do menor que, pela sua estrutura física, era tomado como maior e ia para o pau-de-arara e para o choque elétrico e não tinha o que entregar. Solto, resolveu participar de um "assalto da pesada", para ter o que entregar na próxima vez que fosse preso. E assim não morrer no pau. É a lógica do extermínio do excedente de pobres. Acredite: as celas são alugadas. Quem não tiver grana mora nas piores condições. Imaginem, as piores condições num presídio. O microcosmo da cadeia reproduz, de forma estarrecedora, a lógica da sociedade desse final de século. Leiam "Estação Carandiru" e não terão maiores dificuldades de entendimento do muito que se passa, nos tempos atuais, em nosso país e no mundo.

Para o seu Jeremias, "a solidão é estratégia de sobrevivência".

Um jornalista não conseguiria produzir um texto tão rico de informações se movimentando às claras. Um repórter não conseguiria sobreviver disfarçado, por muito tempo, no ambiente de uma cadeia, mesmo com proteção velada de agentes penitenciários. O Estado não permitiria elementos de uma ONG circulando no Carandiru. Antropólogos e outros cientistas sociais seriam, igualmente, vistos com desconfiança.

De um carcereiro ao colocar mais uma leva de presos numa cela superlotada:

" - é para ninguém se queixar que aqui falta calor humano."

O médico Drauzio Varella com o seu livro presta um serviço de cidadania, de humanidade, de um verdadeiro combate pela vida. Ele sim é contra a pena de morte. Nós, somos coniventes, silenciosos, com a hipocrisia e o extermínio dos pobres. Até quando nos submeteremos à passividade que nos é imposta pelas páginas (policiais) coloridas de nossos jornais, e pelos sorrisos televisivos das emissoras globais?

"No dia dois de outubro de 1992, morreram 111 homens no pavilhão nove, segundo a versão oficial. Os presos afirmam que foram mais de 250, contados os que saíram feridos e nunca retornaram. Nos números oficiais não há referência a feridos. Não houve mortes entre os policiais militares."

Passados sete anos ninguém foi condenado pelo massacre. E você ainda tem dúvidas de que eliminamos os excedentes de pobres com a pena de morte?

O coronel Ubiratan Guimarães, que comandou a operação, continua solto.

Ivan Izquierdo / Instituto de Ciências Básicas da Saúde - Ufrgs

Francisco, o pássaro e o milagre

Quando tinha três anos de idade, meu neto Francisco tinha um livrinho de um autor, creio que tcheco, que consistia em desenhos articulados que, ao abri-lo, representavam, em relevo, animais e outras figuras. Ao abrir as páginas, as figuras sobressaíam e se mexiam. Em cada página, junto ao desenho, havia pequenos poemas referentes a cada figura. As figuras eram uma vaca, uma aranha, um fantasma e um morcego marrom.

Francisco adorava abrir o livrinho na página do morcego. Ele não o percebia como tal, e nunca se interessou pelos versos correspondentes. Ao abrir o livro, o

morcego se levantava e abria as asas, como se quisesse voar. Francisco achava, com razão, que o morcego era um pássaro. Ele tinha visto muitos pássaros, e jamais um morcego. Mais de uma vez o levou junto à janela do terraço, elevando o livro, para ver se o pássaro saía voando.

- Voa, voa - dizia Francisco, sorrindo, como sempre.

Talvez tivesse pena de que o pássaro fosse tão feio, ou de que estivesse preso, impossibilitado de deixar o livro.

Uma manhã, ainda sonolento, peguei, Deus sabe por que, o livrinho. Lá estavam a vaca, o fantasma, a

aranha. Não estava o morcego.

Sai ao terraço a fumar um cigarro. O dia era cinzento e um pouco frio. Sobre minha cabeça voava um pássaro, grande, marrom, bonito. Olhei para ele. Me respondeu:

- Piuuuu, piuuu. Sua voz era alegre, como a de quem acaba de descobrir a liberdade ou o amor. Deu dois ou três rápidos giros, com muita elegância. Foi embora, e nunca mais o vi.

Dias depois contei isso para o Francisco. Não achou, claro, nada demais.



James Görgen / Jornalista

O modelo Marlúce de gestão

Sucumbiu o último bastião da TV aberta nacional. Com a contratação da apresentadora Ana Maria Braga (ex-Record), a Rede Globo deu o seu quinhão para transformar os anos 90 na década perdida da TV brasileira. Daniel Piza, um ótimo colunista e editor da *Gazeta Mercantil*, já classificou este movimento da emissora carioca de "SBTização". Nada mais apropriado, uma vez que a Globo decidiu colocar por terra os pruridos estéticos dos anos 60 e se juntar à ralé na cobiça por estrelas de grandeza duvidosa. Some-se a isso a dificuldade de emplacar sucessos na teledramaturgia para se ter a séria suspeita de que a "vênus platinada" já não é mais a mesma. Que padrão global de qualidade, que nada! Se audiência é sinônimo de faturamento no final do mês – uma equação que ainda não foi bem esclarecida –, a ordem é uma só: para dar o que o povo gosta vale tudo (por sinal, este é o nome de uma telenovela de boa trama que rendeu público e marcou época). Mas alguém aí da platéia faz idéia do que o povo gosta?

Dizem que a culpa pelo assassinato do padrão televisivo de fama internacional é dos Ratinhos e Tiazinhas que infestam o altar sagrado da tela plana com som estéreo. Todos têm em comum salários estratosféricos, popularidade, acessórios de gosto estético duvidoso – como luvinhas e chicotinhos –, intimidade com a câmera, vocação para "Midas midiático" e telespectadores, uma legião fiel deles. Seriam esses personagens nossos carrascos, então? Até pode ser. Só que para se cometer um crime, é preciso haver mandantes.

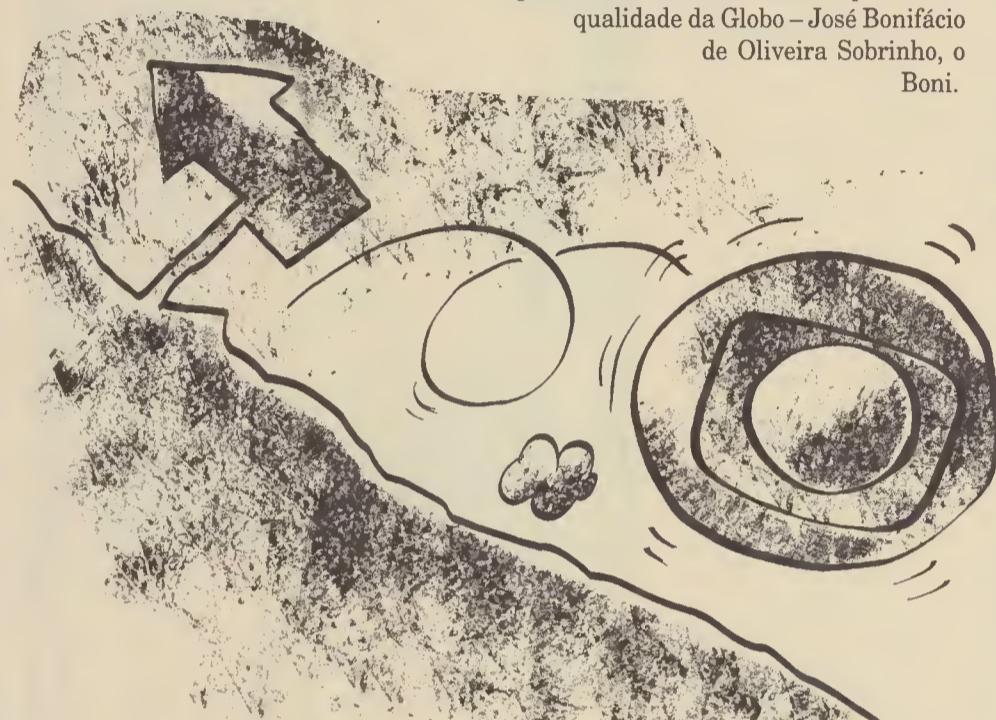
O rebaixamento do conteúdo da programação das emissoras de TV aberta vem da cúpula – ou da cimeira – dessas

empresas de comunicação. É lá que a questão de destrinchar as demandas populares transformou-se em uma resposta fácil:

– O povo gosta de samba, futebol e mulher? Então tasca aí uns grupos de pagode, umas loiras e uma pelada. As loiras não precisam estar na pelada, mas se vierem peladas, melhor.

concessões públicas que dispõem, estes executivos estão fazendo experiências perigosas com o cérebro do brasileiro que não pode se esconder no gueto da TV paga.

Na Globo, a representante maior do "status quo" vigente se chama Marlúce Dias da Silva. Há cerca de três anos ocupa mais do que o espaço arrancado a tapas de um dos criadores do padrão de qualidade da Globo – José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni.



Foi aí, senhoras e senhores, exatamente neste ponto do imbróglio, que a comunicação deixou de ser de massa ou para a massa – como se polemizava nos anos 70 – e passou a ser feita pela massa. Salas com ar-condicionado ligado no máximo, uísque 12 anos e carpete até o teto abrigam engravatados de camisa escura que sofrem de miopia cultural. Preferem ler relatórios do Ibope a um livro de Paul Auster. São astutos e não inteligentes. Experts no "jeitinho brasileiro" e não competitivos. Anti-éticos e não ousados. Aproveitando a falta de regulação das

Começou como superintendente-executiva. Logo se autodenominou diretora-geral. Coincidência ou não, foi sob o mandato da nova menina de ouro da Globo que assistimos à ascensão do axé (ou bunda music), das cruéis pegadinhas, do sushi erótico e de outras atrações que dispararam os números da audiência ao mesmo tempo em que fazem crescer as reclamações sobre a qualidade da programação e espantam alguns anunciantes.

Marlúce parece não ter ouvidos para essa fatia do povo. Quanto mais ela

persegue a audiência, mais a qualidade entra pelo ralo. Desde a sua entronização, as novelas da emissora não atingem mais do que trinta e poucos pontos no Ibope da Região Metropolitana de São Paulo. Sinal dos tempos, uma vez que a média histórica da maioria dos teledramas da empresa girava entre 50 e 60 pontos. A reprise da novela "O Rei do Gado", exibida no início da tarde, já registrou índices maiores que a produção das oito. Ironicamente, a atração da Globo que mais reuniu telespectadores em 1999 foi a microssérie "O Auto da Compadecida", transmitida no início do ano. Filmada em película com linguagem cinematográfica, a mininovela não mostrou uma bunda sequer. Com singeleza, abusou do trágico e malicioso humor do nordestino que permeia a obra de Ariano Suassuna.

Com este sucesso na manga e os níveis de audiência despencando, você poderia pensar que Marlúce iria fazer de tudo para repetir a receita. Pois ela conseguiu comandar o contrário. De janeiro para cá, a Globo acentuou o nível de "SBTização" de sua grade de programação no esforço inútil de conter a sangria de telespectadores e salvar principalmente o horário nobre e o fim-de-semana.

A ordem agora parece que é fazer um requerimento de tudo que a emissora conquistou de pior em 35 anos de existência. Do jornalismo mundo-cão muda-se para o musical de grupos de laboratório que segue para o humorístico de piadas batidas, terminando na novela de trama fraca e atores idem. Tudo isso ainda pode vir recheado com muita sacanagem. Agora, se não der certo, o negócio é transmitir um bom clássico de futebol. Nas últimas tentativas da Globo, a pelada esportiva alavancou o ibope de todos os programas que vinham antes e depois da partida. Saudades do Boni!

ORELHA



Histórias de profissões em Santa Catarina

Bernardete Wrublevski Aued
Parte integrante da Pesquisa Profissões Emergentes em

Santa Catarina, do Núcleo de Estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho, do Departamento de Ciências Sociais da UFSC. (pedidos pelo e-mail auen@cfh.ufsc.br)

Quinhentos anos de periferia

Samuel Pinheiro Guimarães
Analisa criticamente a reestruturação da ordem mundial pós-Guerra Fria enquanto tentativa de afirmação de uma nova hegemonia norte-americana. Editora da Universidade. 167p. R\$20,00

Repensando as relações internacionais

Fred Haliday

Através da discussão crítica de questões como Estado, sociedade, revolução e mulheres, propõe novas abordagens e enquadra os acontecimentos da última década da política mundial. Editora da Universidade. 309p. R\$30,00.

HEMEROTECA

Jornais Diários

Zero Hora
Correio do Povo
Folha de S. Paulo

WWW

Jus Navigandi

www.jus.com.br
Artigos e ensaios sobre temas jurídicos (busca por palavras-chave)

Encyberpedia

www.encyberpedia.com/ency.htm
Dezenas de dicionários, atlás e banco de dados sobre temas variados

AD NAUSEAM

BAIANIDADES...



A revolução tributária

O Brasil tem duas chagas gigantescas: sonegação fiscal e péssima distribuição de renda. Os dados oficiais referentes à sonegação são impressionantes: para cada real arrecadado, outro é desviado para o "caixa dois". Quanto à má distribuição de renda, somos campeões mundiais. O microempresário pelotense, João Alonso Boaz, idealizou um projeto que, segundo ele, promove quase um milagre: acaba com a sonegação fiscal e promove distribuição igualitária de renda. Confira.

Silvânia Mariani

Adverso - Como iniciou o projeto "Brasil Moral" e em que consiste essa proposta?

João Alonso Boaz - Na época do Plano Cruzado, quando existiam os "fiscais do Sarney", eu vi que se o governo propõe uma coisa boa para o povo, ele responde. Na minha farmácia, eu via um entra-e-sai de gente e nenhum funcionário emitia nota fiscal e o consumidor não pedia. No final do mês eu somava as notas que foram emitidas e, se quisesse, podia sonegar imposto. Então me dei conta de que se o governo desse uma participação para o funcionário emitir a nota fiscal e evitar a sonegação, o Estado poderia fazer distribuição de renda com o dinheiro do "caixa dois". Apresentei esse projeto nos últimos três governos estaduais mas ninguém se interessou. Em setembro de 98, conversando com professores de economia da Universidade Católica de Pelotas, eles me alertaram que essa proposta só poderia ser aprovada através de Projeto de Lei Popular. Eles fizeram o projeto e eu trouxe para empresas, sindicatos e outras entidades que estão entusiasmados e interessados em ajudar. O projeto propõe que se utilize 20% do ICMS do comércio, 20% do IPI das indústrias e 3% do faturamento bruto de empresas isentas de ICMS e dos profissionais liberais, para repassar ao trabalhador. Ao aumentar a renda do trabalhador, gera-se empregos em todo o país e em todos os segmentos da economia. O governo declara que para cada real arrecadado, um é sonegado. Como o Brasil arrecada 300 bilhões de reais, é o mesmo que dizer que o Brasil deixa de arrecadar outros 300 bilhões. A permissão da sonegação de 300 bilhões de reais é a maior renúncia fiscal que conheço. Nós precisamos mostrar para a sociedade que com esse dinheiro que fica com os sonegadores, nós podemos fazer distribuição de renda.

Adverso - Qual é a carga tributária no país e quem paga imposto?

Boaz - A nossa carga tributária é uma das mais altas do mundo em relação à renda *per capita*. Aqui você vê empresários se queixarem que a carga tributária é alta. Eles não pagam nada, quem tem que se queixar é o consumidor. Nós temos que reclamar por que em 1988 tínhamos 11 impostos. Hoje, temos 59. O que acontece quando o governo cria um novo imposto? Ele tira o teu poder aquisitivo. O empresário repassa, mas o teu poder aquisitivo cai. O trabalhador paga imposto de renda, descontado na fonte, e

paga no consumo. O trabalhador não tem como sonegar porque uma parte é descontado na fonte e a outra é no consumo. Com o empresário é diferente. Se ele não emite nota fiscal, não paga nada. É o sistema declaratório. O profissional liberal também, se ninguém pede nota, recibo, ele não precisa declarar. O empresário paga apenas o imposto de renda, o resto ele repassa para o produto numa taxa que varia de 30% a 32%, em média.

Adverso - O que senhor pensa sobre a reforma tributária que está sendo gestada pelo Planalto?

Boaz - A sociedade tem que estar alerta porque pretende-se tirar os impostos da produção e colocar no consumo. Mas vão continuar sendo impostos declaratórios, ou seja, só vão aparecer se o consumidor pedir nota fiscal. Se o governo não tem fiscais suficientes para fiscalizar sequer as indústrias, como vai fiscalizar o consumo? Isso é um absurdo! Tendo a participação do trabalhador na exigência da nota fiscal, estaremos fora do perigo. Mas a carga tributária vai ficar na casa dos 25% e se o governo precisar, vai colocar novamente o imposto de renda. Corre-se o risco de amanhã estarmos pagando 40% de carga tributária.

Adverso - O senhor acha que o governo vai abrir mão dos 20% de ICMS que o projeto propõe?

Boaz - Ele não precisa abrir mão. No ano passado, o governo arrecadou 4,3 bilhões em ICMS. O projeto diz que o governo deve utilizar apenas 20% do ICMS, o que daria 860 milhões de reais e distribuir para todos os trabalhadores do estado para que eles simplesmente emitam e peçam a nota fiscal. O governo estaria distribuindo renda e aumentando a sua arrecadação. Veja o que governo tem feito com o dinheiro do ICMS. Ele dá incentivo fiscal para empresas. O governo do nosso estado estava dando só para a Ford e a GM os mesmos 860 milhões de reais que a gente está pedindo para dar aos trabalhadores. O governo passado deu cinco bilhões de reais em incentivos para empresas. Para esses incentivos, o governo dá dez anos de carência do ICMS, ou seja, ele não abre mão de 20% mas de 100% do ICMS. Depois, tem mais doze anos de carência, pagando apenas 25% do ICMS. Se tu comprares um Cor-

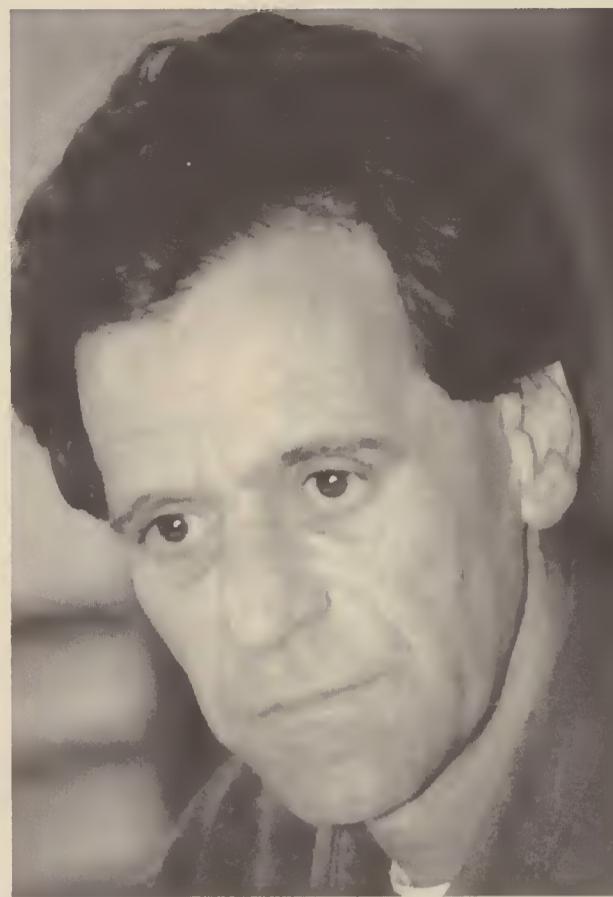
sa, vai pagar 100% do ICMS. A GM vai usar 25% para pagar seu débito com o Estado e fica com 75% para ela. Temos que nos perguntar porque pode se dar esse incentivo para um CGC, uma empresa, e não para um CPF, para uma pessoa física, um trabalhador. O que esse projeto não admite é a sonegação. Se tu pagaste 100 reais por um produto, trinta reais teria que ir para o governo investir em saúde, em educação e em outras áreas. Mas o empresário pega para ele.

Adverso - Parecendo um projeto tão bom, por que ele ainda não foi encampado por políticos ou entidades civis?

Boaz - O que os políticos sempre me disseram é que esse projeto jamais vai ser aprovado na Assembléia Legislativa sem o apoio popular porque mais de 50% dos deputados e de integrantes do Congresso são empresários. Muitos outros deputados são financiados por empresários. Os políticos sempre dizem que é impossível por causa desses fatores. Então, o que temos que fazer é partir para o artigo número um da Constituição que diz que a lei emana do povo. A Constituição diz que tu, como cidadão, pode apresentar um projeto de lei popular desde que tu tenhas 1% de assinaturas sobre o número de eleitores existentes. O que temos que fazer é uma campanha por coleta de assinaturas. Se nós conseguirmos colher mais de 50% de assinaturas dos eleitores do Estado, isso aqui será aprovado.

Adverso - Quem já aderiu ao "Projeto Brasil Moral"?

Boaz - Algumas empresas, vários sindicatos, a CUT, e até o SDS, que é a CUT do Fernando Henrique, e a Força Sindical, que é do PFL. Essas centrais se odeiam mas o projeto as une. Todos vão trabalhar pelo projeto porque ele



Boaz: O Brasil tem plenas condições de distribuir renda

beneficia a todos os segmentos da economia, não discrimina ninguém.

Adverso - Há alguma receptividade por parte da mídia ou o assunto é tratado de forma folclórica?

Boaz - Teve alguma repercussão, mas está devagar. A Zero Hora fez uma matéria, se assustou e caiu fora. Teve alguma repercussão em Pelotas, aqui em Porto Alegre também. Nós precisamos do "boom", da repercussão na imprensa para que o trabalhador saiba do que se trata. A melhor matéria sobre o assunto quem escreveu foi Cândido Norberto (colunista da Zero Hora).

Adverso - Por que o projeto se chama "Brasil Moral"?

Boaz - Porque é imoral essa sonegação de impostos, é imoral o que o governo faz com o dinheiro público e é imoral a nossa distribuição de renda. Nós vimos o esforço que o país fez para tirar 40 bilhões de empréstimo do FMI, cheio de imposições e cortes de investimentos sociais. E os governos federal e estadual não fazem nada para ir atrás desses 300 bilhões que são sonegados. Veja que esse é um dado oficial, porque para mim é muito mais. É só lembrar das contas do CC5, artifício através do qual eles pegam dinheiro sonegado aqui, depositam no exterior, depois esse dinheiro volta legal e não paga nada de imposto. Se os empresários repassassem os impostos que recebem dos consumidores, nós pagariam as dívidas externa e interna em dois anos e estariam empurrando dinheiro. É por isso que eu digo que temos dinheiro para distribuir renda. E que me contestem se não for verdade! Se tu pegares o que é arrecadado e juntar com o que é sonegado, veremos que não somos a oitava economia mundial, somos a terceira ou quarta economia do mundo.

Adverso - Mesmo colocando o projeto em prática, o sistema de tributação continuaria declaratório. Isso não teria que contar, para funcionar realmente, com a boa vontade de quem hoje sonega?

Boaz - É o mesmo que dizer: como evitar a sonegação sem fiscais e sem educação? Ora, dando um incentivo aos trabalhadores. Se uma empresa tem 10, 20, 30 empregados, eles indiretamente são fiscais do governo dentro da empresa. Tu tens uma idéia do que é distribuir essa renda? A CRT, quando era estatal, arrecadava 20 milhões de reais em ICMS. Foi privatizada há pouco tempo e já está arrecadando 40 milhões de reais. Pega-se 20% desse valor, conforme o projeto, e teremos oito milhões para serem distribuídos entre os funcionários da CRT. Deve dar uns dois mil reais por mês para cada empregado, desde o doutor até a pessoa que serve o cafézinho ou limpa o chão. O que essas pessoas vão fazer com esse dinheiro? Vão consumir, vão pagar uma faculdade, participar de um plano de saúde, comprar carro. Tudo isso vai aquecer a economia, o que acaba voltando para o Estado.